

CARTA ABERTA

O Brasil se encontra em uma crise sanitária, ética, política e econômica que demanda ações imediatas para sua superação. Independentemente de posições partidárias e ideológicas, a nação não pode parar nem ter sua população e seu setor produtivo penalizados por disputas ou por dificuldades políticas que impeçam retomar o caminho da segurança e do crescimento.

É preciso que as forças políticas, de diversos matizes, trabalhem para a correção de rumos da nação. É uma tarefa que se inicia pelo Executivo, a quem cabe o maior papel nessa ação, mas exige o forte envolvimento do Congresso, Judiciário e de toda a sociedade.

Consciente da necessidade de um esforço mútuo para conter o avanço da contaminação da COVID-19 no país, a Frente Parlamentar do Comércio, Serviço e Empreendedorismo (FCS) e a **União Nacional das Entidades do Comércio e Serviços (UNECS)**, que representa as nove principais entidades do setor de comércio e serviços, setor que representa 73% do PIB do país e é responsável por 27 milhões de empregos diretos, conclamam por ações urgentes de socorro à população brasileira, tão afetada pela pandemia.

A crise sanitária e econômica do país tem levado a um cenário crítico, elevando a cada dia os números de vítimas da doença, ao mesmo tempo em que a vacinação em massa necessita avançar rapidamente, ponto fundamental para o controle da pandemia. O país perde vidas, perde empregos, perde credibilidade e perde investimento internacional. Sem segurança sanitária não teremos um ambiente com condições de crescer.

O Brasil registra com pesar 300 mil mortes decorrentes da Covid-19. O país bate a marca de 14 milhões de desempregados. As perdas e o endividamento em relação ao período anterior à Covid-19 seguem se acumulando.

É preciso implementar, de maneira célere e efetiva, medidas eficazes de suporte aos Estados mais impactados. É necessário que Estados e Municípios conduzam com diálogo junto à atividade produtiva medidas emergenciais concretas que garantam, efetivamente, a diminuição da propagação da pandemia. **De nada adianta fechar lojas e shoppings, enquanto os transportes públicos se mantiverem lotados e precários**, sem a mínima condição de manter suas atividades em segurança.

É preciso que se aprovem emergencialmente medidas eficientes que garantam a sustentabilidade das empresas brasileiras, sobretudo as micro e pequenas, responsáveis por mais de 70% dos postos de trabalho do país.

É necessário restabelecer as iniciativas implementadas no ano de 2020, como as de proteção ao emprego, que possibilitam a redução da jornada de trabalho ou a suspensão do contrato

com a compensação da folha salarial, e a reedição de programas de crédito, como Pronampe e PEAC, são essenciais para a sobrevivência das empresas.

Além disso, é fundamental se prorrogar o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), com novos prazos e condições para o pagamento de débitos tributários constituídos no ano de 2020, possibilitando as empresas equilibrarem seus fluxos e regularem suas dívidas. Um cenário de "terra arrasada" na economia deixará a retomada econômica muito mais difícil no futuro.

O auxílio emergencial, fundamental para a sobrevivência de milhões de brasileiros, necessita de celeridade. A burocracia e a falta de planejamento no pagamento do auxílio, que deveria ser emergencial, trazem insegurança àqueles mais necessitados. **Não pode haver tanta demora enquanto milhões de pessoas sofrem as consequências da crise, do desemprego e da fome que tem aumentado a cada dia.** Os cidadãos brasileiros e os setores produtivos precisam de socorro e condução ordenada para superar a crise atual, a população não pode mais suportar o aumento de preços e a volta da inflação, que já é latente.

É necessário que o governo adote medidas fundamentais e eficientes de combate à pandemia como:

- **Criação de gabinete de crise nacional**, sincronizando todas as ações em nível nacional, com ajustes regionais, porém coordenados;
- **Ampliação do número de leitos hospitalares;**
- **Intensificação da fiscalização aos estabelecimentos comerciais e residenciais que descumpram as regras de distanciamento e de aglomerações;**
- **Realização de campanha nacional de conscientização do Ministério da Saúde**, usando todos os meios de comunicação, reiterando a necessidade e a importância das medidas de proteção contra a disseminação do vírus e de distanciamento social;
- **Aumento e controle das frotas de transporte público;**
- **Agilidade na vacinação;**
- **Diálogo com a sociedade civil organizada**, para que os governos estaduais e municipais mantenham um canal aberto e construtivo com as entidades representativas em busca de alternativas conjuntas para o enfrentamento da crise.

É importante lembrar que a maioria dos **estabelecimentos comerciais tem seguido e investido rigorosamente nos protocolos sanitários listados pela Organização Mundial de Saúde (OMS)**, como a exigência do uso de máscaras, limitação de entrada de pessoas nos estabelecimentos, disponibilização de álcool em gel, higienização e demais recomendações, **com isso garantindo o funcionamento de suas atividades de forma segura e consciente. O setor produtivo está fazendo a sua parte para o controle da pandemia.**

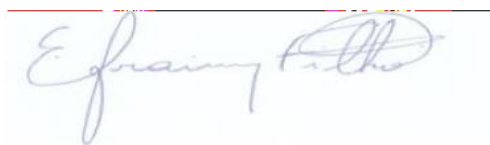
É preciso forte investimento em infraestrutura, em parceria com a iniciativa privada nacional e estrangeira, para retomar o processo de crescimento econômico. A crise pandêmica e econômica demonstra a necessidade de reduzir imediatamente o tamanho do Estado, com a condução da agenda de reformas assegurando a justiça social e um melhor ambiente de negócios para o país.

Os empresários brasileiros estão cientes de suas responsabilidades e têm demonstrado **compromisso com a implementação em seus negócios dos protocolos sanitários de prevenção da Covid-19, prezando principalmente pela saúde e sobrevivência das pessoas físicas, mas também das pessoas jurídicas.** São as atividades da iniciativa privada que garantem a manutenção dos postos de trabalho e ajudam a equilibrar as contas públicas com seus impostos, tão importantes nesta hora. O Estado precisa lembrar da função primordial dos impostos, que é a de promover justiça social para os cidadãos brasileiros.

Reforçamos que é fundamental que o governo federal conduza nacionalmente uma agenda coordenada de enfrentamento da pandemia e reformista que possibilite a retomada econômica do país. **A legislação por decretos, que tem sido adotada em alguns Estados, acarreta insegurança jurídica e econômica na tomada de decisão do empresariado quanto ao exercício de sua atividade empresarial,** e ainda aumentam a carga tributária e os impostos indiretos, impactando milhares de empresas, já tão afetadas pela crise.

Contamos ainda com a **aprovação da reabertura do Programa Especial de Regularização Tributária, o Refis,** para que empresas possam renegociar e parcelar o pagamento de débitos tributários e não tributários.

A população brasileira não pode continuar a ser vítima da falta de uma condução eficiente da pandemia no país. A UNECS se coloca à disposição para contribuir com o governo e apoiar a adoção de medidas emergenciais e reforça a necessidade de imunização em massa e célere da população brasileira, para a sobrevivência das pessoas, de milhões de postos de trabalho e de milhares de empresas no Brasil.



Efraim Filho (DEM/PB)

Presidente da Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS)



José César da Costa

Presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS)